AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL . 1 – N.º 03 4 de Fevereiro de 1977

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

BIBLIOTECA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
BIBLIOTECA

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

vol. 1 nº 03 4 de fevereiro de 1977

SUMÁRIO

ANÁLISE DA QUINZENA

Leite e Derivados: a escassez nacional vs. abundância mundial (pág.2)

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

Açúcar: GEPLACEA poderá provocar retração do mercado norte-americano (pág.7)

Algodão: oferta e demanda mundiais geram a atitude de expectativa (pág. 8)

Cacau: preços elevados perturbam a discussão da política de estoque (pág. 9)

Soja: exportação vs. mercado interno é dilema para as autoridades (pág. 10)

Trigo: auto-suficiência está mais distante (pág. 11)

NOTAS ESTATÍSTICAS

Variações estacionais da oferta de leite e derivados apresentam peculiaridades (pág. 13)

37883

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

ANÁLISE DA QUINZENA

Leite e Derivados: a escassez nacional vs. abundância mundial

Comparar políticas agrícolas de diferentes países é um exercício ao mesmo tempo didático e fascinante. É didático, porque nos ajuda a compreeender claramente os efeitos de diferentes intervenções governamentais num mercado qualquer. E curioso e fascinante, porque nos deixa meditando sôbre as forças que compõem o mosaico de interesses, não raro conflitantes, de consumidores, produtores intermediários e governo, num perpétuo vaivém de perdas e ganhos.

Vejamos, por exemplo, o que se passa no mercado de leite e derivados (queijos, manteiga, leite em pó, iogurtes e outros). Para efeito de análise, tomemos a situação brasileira em comparação com o atual panorama na Comunidade Européia (CEE).

As diferenças se evidenciam de imediato. No Brasil, a política leiteira goza da atitude de complacência governamental em relação aos consumidores. Aliás, atitude digna de mérito se considerarmos o baixo poder aquisitivo da população, e levarmos em conta ser o leite um produto de la. necessidade. Na CEE, a política agrícola tem, pelo contrário, acolhido as reivindicações dos produtores. Os países-membros da Comunidade têm preferido acumular estoques de leite em pó e manteiga, por manterem preços altos (relativamente ao mercado internacional) para os consumidores urbanos europeus, cuja renda per capita é bem mais elevada que a brasileira.

Não nos cabe julgar aqui os méritos, os custos e as determinantes políticas dessas duas formas de intervencionismo. Entretanto, seus efeitos econômicos podem ser medidos e previstos, cuja magnitude constitui a essência de nossas considerações.

Tanto no Brasil quanto na CEE, o mercado de lei

te e derivados vive uma conjuntura de crise. Crise de evolução, no caso brasileiro, e crise de involução no caso europeu. No Brasil, o setor sofre obstáculos ao seu crescimento, embora tenha vocação e recursos naturais disponíveis à sua expansão. Na CEE, decisões políticas impedem (ou postergam) a redução do setor até um tamanho compatível com sua desvantagem relativa no plano internacional.

A política européia tem provocado sérios desajustamentos nos fluxos do comércio mundial de produtos lácteos, com reflexos indesejáveis sobre os mercados de carne bovina e de soja. Em 1976, 58% dos dispêndios do fundo agrícola da CEE foram destinados à proteção de apenas três mercados: carne bovina, produtos lácteos e cereais. E destes, o setor leiteiro absorveu a parte do leão, consumindo recursos no montante de US$ 2,7 bilhões. A Comissão da CEE insiste em manter o preço dos produtos lácteos acima do ponto de equilíbrio entre a oferta e a demanda. Em consequência, os consumidores europeus têm se retraído, acarretando estagnação da demanda, embora a oferta continue crescendo face aos estímulos de preço. Os consumidores europeus pagam duas vezes: a primeira, pela elevação dos preços de produtos lácteos que poderiam adquirir mais barato de outros fornecedores, como a Nova Zelândia e a Austrália; uma segunda vez, na qualidade de contribuintes de impostos, transferidos aos produtores sob a forma de subsídios e de custos adicionais de manutenção dos estoques dos derivados lácteos.

O programa de utilização de leite em pó na CEE, para complementação proteica de rações de aves e suínos, não teve repercussão significativa sobre a posição dos estoques da comunidade.

TABELA I

Estoques de Intervenção da CEE (em ton)

Data	Manteiga			Leite em Pó desnatado
	Público	Privado	Total	Público
8.1.76	71.529	90.256	161.785	1.117.110
6.1.77	178.285	79.941	258.226	1.133.858
77/76	+ 149%	- 11%	+ 60 %	+ 1%

Fonte: Agra Europe
Elaboração GIA

Conforme mostra a tabela acima, o esquema de subsídios ao produtor continuou neutralizando o esforço da Comissão no sentido de diminuir os estoques de leite em pó. À medida em que cerca de 400.000 ton de leite em pó eram absorvidas no programa de rações, o subsídio ao produtor acelerava o crescimento da oferta da matéria-prima, recompondo os estoques utilizados. O aumento de 60% no estoque de manteiga - sub-produto do desnatamento - comprova a expansão da oferta de leite em 76. Embora a Comissão da CEE pretenda reduzir o estoque de leite em pó a 500/600 mil ton em 77, é difícil prever que o plano possa ser bem sucedido enquanto prevalecer o subsídio à produção.

Entrementes, o anunciado aumento do subsídio ao leite em pó para uso em rações poderá trazer reflexo negativo sobre o mercado de farelo de soja neste ano. Se a Comissão efetivamente reduzir o preço do leite em pó destinado a rações para 200 unidades contábeis/ton, ou seja, cerca de US$ 280/ton, equiparar-se-á o preço do pó ao do farelo de soja (os misturadores europeus acreditam que o leite em pó deve ser, ainda, 15% mais barato para ter competitividade com o farelo de soja).

Paralelamente, a CEE procura descarregar seu excedente no mercado internacional, deprimindo o preço dos produtos lácteos. Para os exportadores tradicionais, como a Austrália, Nova Zelândia e Argentina, o efeito imediato é a redução de sua receita de exportação. Para países como o Brasil, em vias de desenvolver seu setor leiteiro, queda nos preços internacionais dos produtos lácteos pode ter efeitos extremamente negativos se as autoridades governamentais se deixarem envolver pelas facilidades (momentâneas) de importação.

No Brasil, o setor leiteiro ainda não se desvencilhou da ditadura das medidas de meia-confecção, que vestem a todos interesses e a todos, mal. Daí, a crise do setor. A vocação leiteira do Brasil é incontestável. Mas vocação, por si só, não gera riquezas. O setor necessitaria de, pelo menos, um decênio de investimentos contínuos, e alguma proteção contra a oferta internacional, a fim de alcançar o estágio de abastecimento pleno do mercado interno. A evolução das importações de leite em pó configura a expressão mais visível da crise:

TABELA II

Importação Brasileira de Leite em Pó Desnatado (em ton)

1974	14.000
1975	15.000
1976[p]	20.000
1977[e]	22/25.000

p = provisório; e = estimativa
Elaboração GIA

As importações crescentes têm diluído as crises de abastecimento no período de entressafra. Mas, em contrapartida, a entrada do produto estrangeiro tem agravado a situação dos pecuaristas brasileiros, escassamente competitivos face ao preço subsidiado do leite em pó importado. Para acentuar os contornos da crise, o esquema de importação constitui um estímulo especial aos industriais para que continuem reidratando leite em pó mesmo durante a safra - época de maior abundância do produto nacional - como vem acontecendo este ano.

O consumidor nacional também sai malogrado, embora vestido em sua meia-confecção. Pode optar pelo leite em pó reidratado (tipo C), ao preço de tabela, embora de qualidade duvidosa e de obtenção incerta; ou pelo leite tipo B de preço livre (e elevado) que, na realidade, vem apenas ressuscitar o tradicional leite engarrafado, sem qualquer redução de contagem bacteriológica.

Na entressafra, quando a produção se reduz sensivelmente, por deficiência tecnológica dos nossos descapitalizados produtores, a oferta de leite às usinas é destinada precipuamente à produção de derivados, em particular queijo e iogurte, cujos preços são livremente praticados.

O programa regulador do governo, tem sido uma alternativa estabilizadora de curto prazo, válida e eficiente na solução de crises de entressafra. Porém, não se pode pretender que a estocagem resolva o problema político da liberação do preço do leite ou as deficiências tecnológicas da produção. Em 1975, seu ano de lan

çamento, objetivou o deslocamento da oferta de leite da safra para a produção de queijos estocáveis, que seriam desovados na entressafra, juntamente com leite em pó e manteiga, liberados para a produção de ítens mais sofisticados. Para 77, no entanto, as indústrias não preencheram as quotas de estocagem de leite em pó e manteiga programadas pelo CONAB (o queijo foi excluído do programa). Tal fato é compreensível, uma vez que a crise já é admitida publicamente, dando margem aos industriais de postularem a necessidade de importar leite em pó subsidiado para fins de reconstituição. O programa fica prejudicado, pois as indústrias tem uma opção mais atrativa.

Há que se admitir a racionalidade do comportamento dos industriais, embora a alternativa não seja vantajosa nem para os produtores nem para os consumidores. O preço do leite tipo C caiu 25% em termos reais, desde janeiro de 1975, acarretando uma queda correspondente na rentabilidade da pecuária leiteira nacional. Por outro lado, os consumidores estão, em média, pagando mais pelo leite de tipo B e C, tomados em conjunto, em virtude do "deficit" provocado do leite tipo C.

Enquanto isso, na CEE, os consumidores pagam pelo leite que engorda suínos e aves, em competição ao farelo de soja que lhes vendemos. Coisas de política agrícola.

*****
****
***
**
*

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

*** AÇÚCAR

À parte as supostas conotações políticas de sua participação, tais como possível represália às pressões norte-americanas contra o Acordo Nuclear, o Brasil se fará representar na reunião do Grupo Especial de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACEA), a ser realizada em Havana, no período de 28 de fevereiro a 5 de março.

Paralelamente, o Secretário da Agricultura dos Estados Unidos - principal importador do produto - criou um grupo de trabalho para revisar a política do açúcar e recomendar ações administrativas e proposições legislativas. O enfoque do relatório deste Grupo, a ser entregue em meados de fevereiro, será no sentido de aumentar a proteção aos plantadores de cana, de beterraba e às indústrias de adoçantes.

A posição comum do Brasil e Cuba de se retirarem do mercado, enquanto perdurar a depressão atual, provavelmente será referendado pelos outros países do GEPLACEA. Uma resolução dessa natureza viria, imediatamente, de encontro aos anseios dos produtores norte-americanos, ao estimular o preço do açúcar no mercado internacional.

A coincidência de objetivos entre pólos econômicos detentores de interesses opostos, é geralmente efêmera e ilusória. A retirada temporária do GEPLACEA do mercado implicará em prejuízos maiores no futuro, pelo fortalecimento do setor açucareiro norte americano. Tal situação seria o caldo de cultura ideal para as articulações dos líderes norte-americanos do setor, que pressionam o governo Carter pela instituição de um programa nacional de açúcar e outros adoçantes calóricos, a fim de reduzir a dependência externa e, até mesmo, atingir a auto-suficiência.

*** ALGODÃO

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) divulgou, em 10 de janeiro, a última estimativa da safra algodoeira norte-americana de 76/77, que apresentou um aumento de 3% em relação a dezembro - de 2.205,7 mil ton para 2.270,7 mil ton de pluma. Adicionalmente, as previsões mais recentes indicam que a safra soviética deverá alcançar 2.753,3 mil ton, pouco aquêm do recorde de 74/75.

Apesar das reduções previstas para as safras do Paquistão, Irã e Colômbia, o mercado de algodão em pluma sofre maior influência dos EUA e da URSS. Por este motivo, um aumento na produção mundial tem sido incorporado às avaliações subjetivas sobre a disponibilidade desta temporada.

A demanda mundial pelo pluma, por sua vez, vem se ressentindo da lenta recuperação econômica nos países industrializados e da forte concorrência movida pela indústria de fibras artificiais, cuja capacidade ociosa atual (em torno de 30%) permite manter reduzido o preço relativo entre as fibras sintéticas e as fibras naturais.

As novas informações sobre a oferta e a demanda de algodão em pluma, desautorizam previsões altistas quanto ao preço internacional do algodão. Com a provável redução do desequilíbrio entre a oferta e a demanda mundial, parece mais aconselhável uma posição de expectativa.

No mercado interno, o algodão paulista tipo 5 , depois de alcançar Cr$ 425,00/arroba em outubro de 76 experimentou quedas sucessivas em sua cotação, estabilizando-se no final de janeiro em Cr$ 333,00/arroba. A estabilidade só ocorreu devido ao temor de que as chuvas que cairam no Estado de S.Paulo tivessem prejudicado a nova safra meridional, o que não ocorreu. Esperam-se novas reduções de preços como resultado da perspectiva de boa safra no Centro-Sul, reforçada pela possibilidade de que o início da colheita se antecipe por um mês, começando em fevereiro.

As exportações brasileiras desta temporada continuam dependendo do comportamento da cotação internacional e da redu

ção do preço interno. Na hipótese de estabilidade ou insuficiente aumento do preço internacional, será necessário que se verifique uma queda pronunciada do preço interno para diminuir a gravosidade de nosso produto no mercado externo.

*** CACAU

Os países produtores vivem momentos de euforia com a vertiginosa ascenção dos preços do cacau e seus derivados no mercado internacional. A causa principal é a previsão de queda de produção da ordem de 17% na safra 77 para o conjunto dos principais países produtores (Gana, Brasil e Nigéria), sem o correspondente arrefecimento da moagem e consumo das nações desenvolvidas.

Em 28 de janeiro último, a cotação no mercado de Nova York atingiu 175 cents/lb-peso, correspondendo a mais de três vezes o preço-teto estabelecido no 2º Acordo Internacional do Cacau, cujo valor seria a referência para a desova de estoques reguladores.

O vulto da diferença entre o preço-teto e a cotação atual impediu que o Acordo vigorasse a partir de outubro de 1976, como era previsto, e tem se constituído no principal impasse às negociações de um novo convênio. Os países produtores pleiteam que os preços mínimo e máximo de referência à formação e desova de estoques reguladores sejam, respectivamente, 55 e 65 cents/lb-peso, ao invés dos 39 e 55 cents/lb-peso atuais. As razões apontadas para a reivindicação baseiam-se no grande volume de investimentos necessários à infra-estrutura e manutenção da cultura.

Em contrapartida, as nações consumidoras julgam necessárias informações mais precisas a respeito desses projetos de investimento, antes de aceitarem o novo acordo. Temem que, no futuro, possa ocorrer ociosidade de suas indústrias chocolateiras.

Neste aspecto, o lançamento do Programa de Expansão da Cacauicultura (PROCACAU), precisamente no ano em que a exportação de cacau e suas preparações deverá crescer substancialmente (estima-se que atingirá em 1977, US$ 500 milhões), revelou-se medida sábia e oportuna.

Secundando o Brasil, a Costa do Marfim revela

seu plano quinzenal para expansão da cultura, com pretensões de assumir a liderança do mercado em 1980, através do investimento de US$ 4 bilhões no período de 1976/80.

*** SOJA

Apenas a um mês do início da colheita brasileira de soja, crescem as indagações dos setores envolvidos com a comercialização da safra. As expectativas convergem para a próxima reunião do Comitê de Soja da CACEX, que definirá o montante a ser exportado e o que caberá à indústria nacional para a produção de farelo e óleo.

Nos últimos dias, tem-se observado que a preocupação principal de produtores, industriais e exportadores diz respeito ao grau em que se fará a interferência do governo na comercialização do produto. De um lado, existem setores que reivindicam total liberdade para a exportação, salientando a conveniência de se substituir o centralismo governamental pela "mão invisível" do mercado. De outro lado, há os que reconhecem a necessidade de fixação de cotas para o atendimento da demanda industrial de grãos e para o abastecimento interno de óleo e farelo.

A questão é melhor focalizada num contexto mais amplo, considerando-se a conjuntura econômica nacional caracterizada por sucessivos deficits comerciais e elevadas taxas de inflação. É de se esperar que, devido à atual tendência crescente dos preços internacionais da soja e de seus derivados, o governo procurará maximizar a receita proveniente das exportações desses produtos, no intuito de compensar o aumento no valor das importações de petróleo, previsto para este ano. Entretanto, como o balanço de pagamentos e a inflação são os mairoes problemas na atual conjuntura econômica, o tratamento do déficit comercial não deve perder de vista as eventuais repercussões internas sôbre o nível geral de preços. Assim, a política da soja a ser definida pela CACEX deve atentar também para os esforços governamentais de contenção do ritmo inflacionário.

No ano passado, as exportações brasileiras de óleo de soja alcançaram o recorde de 498 mil ton, comparado com 264 mil em 75. Recorde-se que tal desempenho não se deu sem sacrifício do consumidor doméstico. Ao contrário, o preço interno do óleo de soja dobrou du

rante o ano, em consequência da insuficiente disponibilidade interna do produto. Sem cotas para o mercado interno, a indústria de rações também sofreu os reflexos dos preços internacionais, repassando o aumento do custo para os preços de suínos, aves e ovos.

É conveniente, portanto, dimensionar exatamente as possíveis consequências internas de uma política que pondere excessivamente as exportações do complexo soja. Certamente a soja deverá cumprir seu papel, aliviando o desequilíbrio das contas externas do pais. Todavia, é igualmente necessário que se garanta o abastecimento interno do óleo e farelo, evitando-se pressões adicionais sobre os índices do custo de vida.

*** TRIGO

Com uma produção de pouco mais de 3 milhões de ton e um consumo previsto em 5,7 milhões em 77, o Brasil ainda está longe da auto-suficiência em trigo. A situação poderá tornar-se mais difícil caso o governo estabeleça um preço ao produtor que não compense o custo de produção, majorado com a retirada do subsídio aos fertilizantes e o aumento previsto para o combustível.

Nos últimos anos, o rendimento médio da lavoura de trigo vem sofrendo bruscas oscilações, em consequência de condições climáticas adversas e da incidência de pragas e doenças. A baixa resistência das variedades utilizadas às condições ecológicas da região sul do país, tem sido o principal motivo do fraco desempenho de nossa triticultura, sujeita agora a perspectivas ainda mais incertas. No caso do Paraná - segundo estado produtor - a Secretaria de Agricultura prevê uma redução de 15% no próximo plantio de trigo, já que o insucesso das duas últimas safras desestimulou os produtores.

Grande sorvedouro de divisas (cerca de 4% do valor das importações em 76), o trigo vem sendo objeto de medidas orientadas no sentido de conter o crescimento do consumo interno e aliviar as despesas com sua importação. Assim, retirou-se parte do subsídio aos moinhos, permitindo-se a elevação dos preços da farinha de trigo, pães e massas. Há algum tempo, vem se falando na mistura das farinhas de soja e de trigo no pão, com o objetivo de frear o consu

mo do cereal e elevar o teor proteico do alimento. Mais recentemente, devido ao insucesso com a farinha de soja, surgiu a idéia de se utilizar a farinha de arroz ainda com o mesmo propósito - contenção do consumo do trigo - além de reduzir eventuais excedentes de arroz.

A eficácia desses expedientes, entretanto, é algo duvidosa, na medida em que não dispensam suficiente atenção ao ponto fraco da triticultura nacional, que é a oferta do produto e, não, a sua demanda. São medidas paliativas que atenuam, temporariamente, os efeitos negativos da produção insuficiente. Por conseguinte, há que apoiar a produção nacional, fixando-se preços mínimos que estimulem o plantio e canalizando recursos em caráter permanente para as atividades de pesquisa, que resultem na obtenção de variedades resistentes às adversidades ambientais do país.

*****
****
***
**
*

NOTAS ESTATÍSTICAS

Com o objetivo de identificar os períodos de entressafra da produção de leite e de alguns de seus derivados mais importantes, procedemos à análise do Índice de Variação Estacional do volume total de leite recebido pelas usinas e da produção de leite pasteurizado, queijo, manteiga e leite em pó, no período de 1970 a 1973 (região Sudeste). Este Índice procura medir as flutuações regulares de uma variável ao longo do ano.

Os índices obtidos permitem extrair as seguintes conclusões:

- a entressafra da produção de leite ocorre no período entre maio e outubro de cada ano, alcançando o menor índice em julho;
- o leite pasteurizado apresenta pequena variabilidade na entressafra, comportamento que pode ser atribuído ao acordo tácito existente entre produtores e governo. Com o preço tabelado ao nível do consumidor, o aumento de custos que ocorre neste período deveria desestimular a produção, ao reduzir a margem de comercialização do produto;
- o queijo também sofre pouca influência da entressafra. Neste caso, pelo fato de não existir tabelamento de preço, o aumento do custo de produção pode ser repassado para o consumidor, sem perda significativa de mercado. É interessante observar que, a um mês da entressafra, o uso do leite na produção de queijo, manteiga e leite em pó aumenta substancialmente, em prejuízo do leite pasteurizado. Para os três produtos, trata-se de produzir e estocar para abastecer o mercado na entressafra, a preços mais atraentes.

- dos derivados em pauta, a manteiga foi o que apresentou maior variabilidade do índice no período maio-outubro. Explica-se este desempenho, quando se considera que a margarina, forte concorrente no consumo, impõe limites à parcela do custo de produção que pode ser transferida para o consumidor;

- em relação ao leite em pó, seu comportamento é similar ao da manteiga. Também aqui, a produção experimenta forte redução no período de entressafra, embora o motivo passa a ser o controle que o CIP exerce, a nível de indústria, sobre seu preço. A par deste efeito, algumas grandes usinas deixam de desidratar o leite recebido, com o objetivo de não reduzir demasiadamente a oferta do leite pasteurizado.

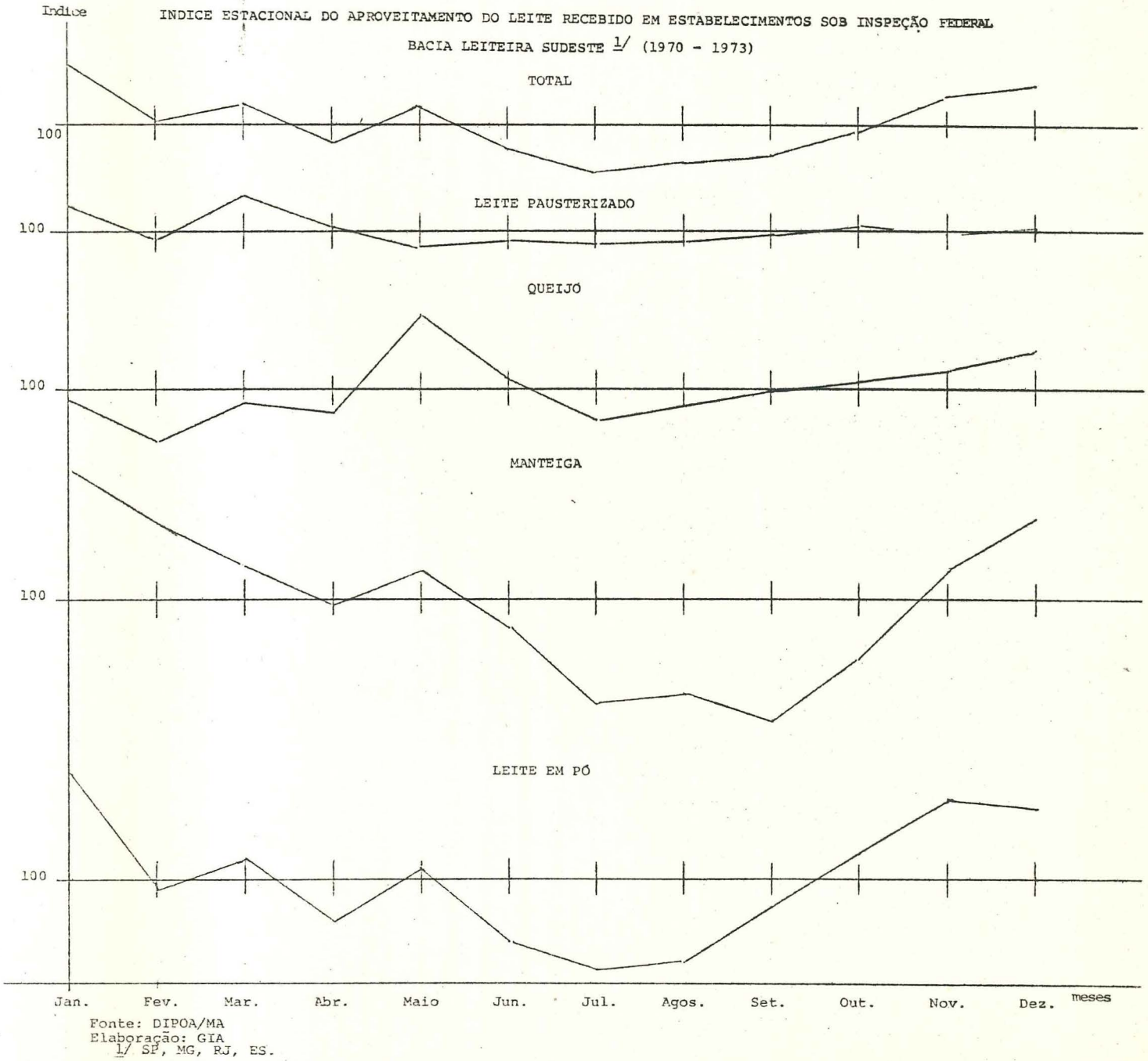
Uma vez que a análise se apoiou em dados 70-73, os índices calculados não incorporam a influência que os Programas Nacionais de Estocagem de Produtos Lácteos passaram a exercer sobre as flutuações estacionais.

Nesses Programas, procura-se calcular o estoque de leite em pó e manteiga de modo a garantir o abastecimento do mercado interno na entressafra. O Programa para 1977 sofre a omissão de não prever estoque de queijo, substituto mais importante à produção do leite pasteurizado. Tanto a manteiga quanto o leite em pó já sofrem as limitações do preço, embora de distintas naturezas. O queijo, por sua vez, tem preço livre; por isso, se caracteriza por ser o maior concorrente do leite pasteurizado. E entre os diversos tipos de leite pasteurizado, pelo mesmo motivo, é possível prever maior produção de leite tipo B na entressafra, em prejuízo do abastecimento da população de baixa renda.

ÍNDICE ESTACIONAL DO APROVEITAMENTO DO LEITE RECEBIDO
EM ESTABELECIMENTO SOB INSPEÇÃO FEDERAL
BACIA LEITEIRA SUDESTE 1/ (1970-1973)

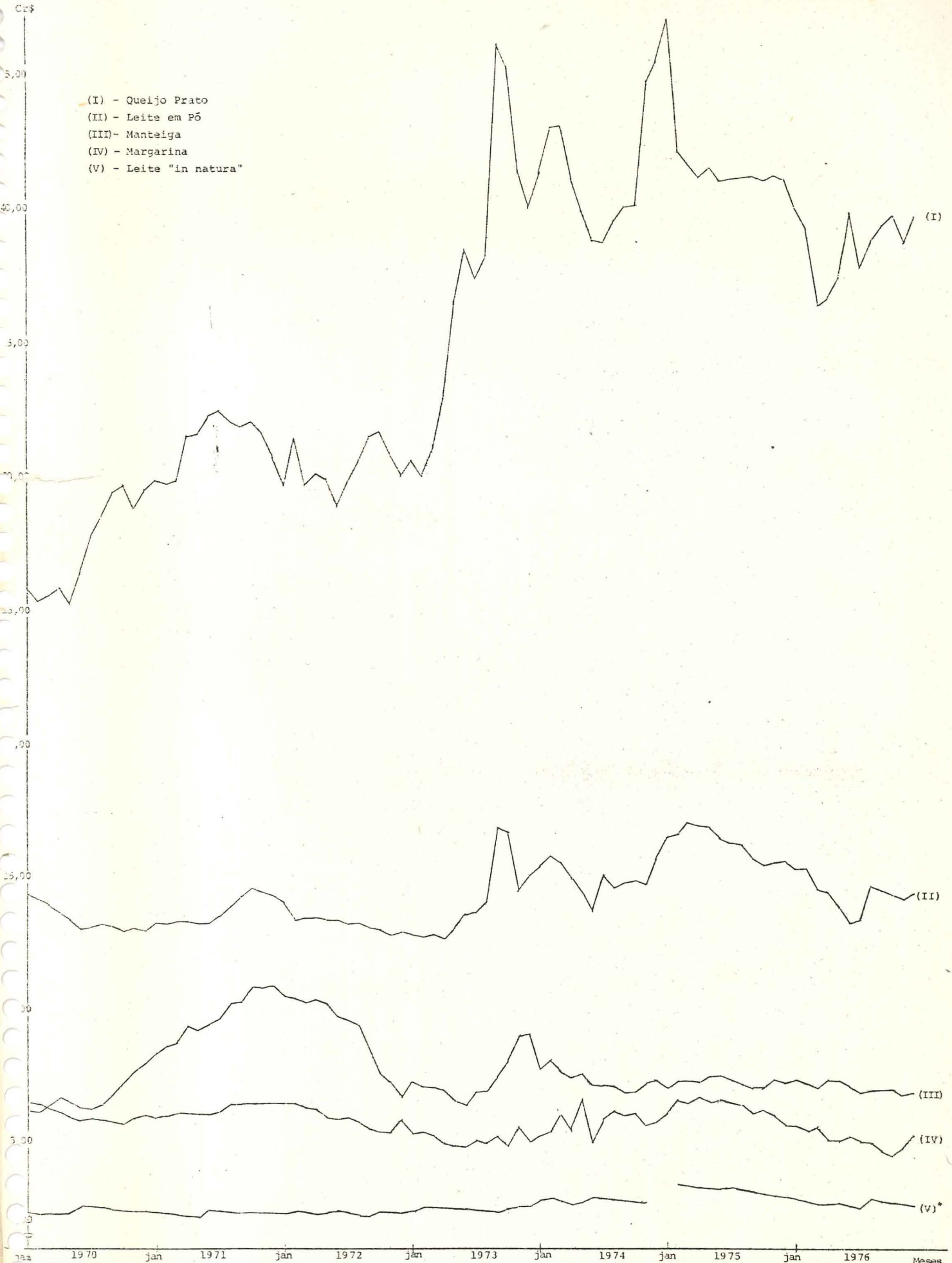
MESES	ÍNDICE DE VARIAÇÃO ESTACIONAL				
	Leite Pausterizado	Queijo	Manteiga	Leite em Pó	Total
Janeiro	107,03	97,19	136,85	131,55	117,77
Fevereiro	97,61	85,13	131,65	96,87	101,10
Março	110,08	96,00	109,78	105,72	106,28
Abril	100,51	93,14	98,05	87,86	95,75
Maio	95,84	121,31	108,20	103,10	105,01
Junho	96,73	102,51	91,99	81,88	93,52
Julho	96,24	90,84	70,04	74,16	84,02
Agosto	96,49	95,21	73,58	76,38	86,89
Setembro	98,26	99,97	65,39	92,40	90,96
Outubro	101,15	101,79	83,34	106,84	99,26
Novembro	99,87	105,52	108,21	122,94	108,04
Dezembro	100,19	111,55	122,92	120,92	111,39

FONTE: DIPOA/MA
ELABORAÇÃO GIA
1/ SP, MG, RJ, ES



Fonte: DIPOA/MA
Elaboração: GIA
1/ SP, MG, RJ, ES.

EVOLUÇÃO MENSAL DOS PREÇOS REAIS 1/ DE LATICÍNIOS E MARGARINA NO VAREJO - SÃO PAULO - SP



1/ Base: Dez/76
Fonte - Boletim de Preços - SUNAB
Elaboração - GIA

* Dados não disponíveis para Dez/74 e Jan/75